



097

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0154874-3

APELANTE : José Maria da Silva
APELADO : Ministério Público de Pernambuco
COMARCA : Ibirajuba
RELATOR : Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
REVISOR : Des. Nivaldo Mulatinho de M. Correia Filho
ORGÃO JULGADOR : 3ª Câmara Criminal
PROCURADOR : Dra. Eleonora de Souza Luna

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. PACIENTE CONDENADO PELA PRÁTICA DO DELITO DE FURTO QUALIFICADO. PRELIMINAR DE NULIDADE DO FEITO POR AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO RÉU PARA SE MANIFESTAR ACERCA DO ART. 499 DO C.P.P. REJEIÇÃO. PRELIMINAR DE ILEGALIDADE DA PRISÃO POR FALTA DE MANDADO JUDICIAL. REJEIÇÃO. CONFISSÃO DO RÉU EM SEDE POLICIAL. VALIDADE. HARMONIA COM OS DEMAIS ELEMENTOS PROBATÓRIOS COLHIDOS EM JUÍZO. RÉU MAIOR DE 21 ANOS. DESNECESSIDADE DE NOMEAÇÃO DO CURADOR PARA INTERROGATÓRIO. RELEVÂNCIA DA PALAVRA DA VÍTIMA. DEPOIMENTO POLICIAL. VALIDADE. PROVA TESTEMUNHAL CONCLUSIVA ACERCA DA AUTORIA DO DELITO. REPRIMENDA FIXADA DENTRO DOS PARÂMETROS LEGAIS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

- I – Preliminar de Nulidade do feito por falta de intimação da defesa para se manifestar acerca do art. 499 do Código de Processo Penal: O juiz processante, por meio de despacho, abriu vistas para que as partes, querendo, solicitassem diligências. Preliminar rejeitada, à unanimidade de votos.
- II – Preliminar de ilegalidade da prisão do apelante por falta de mandado judicial: *In casu*, ficou caracterizada a hipótese de flagrante impróprio ou quase-flagrante, previsto nos art. 302, III, do C.P.P., uma vez que o réu foi preso pelas autoridades policiais após perseguição. À unanimidade de votos, rejeitou-se a preliminar.
- III – Mérito: A confissão do apelante perante a autoridade policial tem valor probante, especialmente pela descrição
- M



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

098

detalhada da execução do crime de furto, assim como pela coerência com as demais provas dos autos.

IV – A confissão extrajudicial do réu foi presenciada pela vítima e testemunhas, e ao serem interrogadas, em juízo, negaram categoricamente que aquele tenha sofrido tortura durante o seu depoimento.

V – No momento do interrogatório judicial o réu possuía vinte e dois anos de idade, sendo desnecessária a nomeação de curador para acompanhar aquele ato processual.

VI – A palavra da vítima tem grande valor, sobrepondo-se à do réu – que, na maioria das vezes, tenta se eximir da responsabilidade -, mais ainda quando está evidenciado que ela não teria motivos para fazer falsa imputação ao acusado.

VII – O depoimento policial é perfeitamente válido para provar a autoria delitiva, quando baseada em informações fáticas inquestionáveis.

VIII – A reprimenda foi devidamente fixada. Antecedentes criminais, comprovados mediante certidão, poderão ser considerados na fixação da pena base.

IX – À unanimidade de votos, negou-se provimento ao apelo.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Apelação Criminal nº 0154874-3** no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça, **à unanimidade de votos**, em rejeitar as preliminares suscitadas pela defesa e, também indiscrepantemente, em negar provimento ao apelo, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 06 de janeiro de 2010.


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator



099

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0154874-3
APELANTE : José Maria da Silva
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATOR : Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
REVISOR : Marco Antônio Cabral Maggi
COMARCA : Vara Única da Comarca de Ibirajuba
ORGÃO JULGADOR : 3ª Câmara Criminal
PROCURADORA DE JUSTIÇA : Dra. Eleonora de Souza Luna

RELATÓRIO:

Trata-se de recurso de apelação interposto por **JOSÉ MARIA DA SILVA**, contra a sentença (fl. 73/77) que o condenou à pena de 03 (três) anos de reclusão e 15 (quinze) dias-multa, pela prática do crime tipificado no artigo 155, § 4º, I, do Código Penal.

Nas razões recursais (fl. 83/90), sustenta a defesa, preliminarmente, a ilegalidade da prisão do apelante e a nulidade do feito por falta de intimação para ser pronunciar acerca do art. 499 do Código de Processo Penal.

No mérito, sustenta a tese de negativa de autoria, sob o fundamento de que o contexto probatório é insuficiente para embasar uma condenação.

Contra-razões ao recurso apelatório apresentadas às fl. 94/103, onde pugna o Ministério Público pela rejeição das preliminares e, no mérito, pelo improvimento do recurso.

A Procuradora de Justiça, Dra. Eleonora de Souza Luna, apresentou parecer às fl. 119/123, opinando pela rejeição das preliminares e, no mérito, pelo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

100

provimento parcial do recurso, para que a pena seja reduzida em 06 (seis) meses, fixando-a em 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão.

É o relatório. À douta Revisão.

Recife, 05 de fevereiro 2009.


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0154874-3
APELANTE : José Maria da Silva
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATOR : Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
REVISOR : Marco Antônio Cabral Maggi
COMARCA : Vara Única da Comarca de Ibirajuba
ORGÃO JULGADOR : 3ª Câmara Criminal
PROCURADORA DE JUSTIÇA : Dra. Eleonora de Souza Luna

VOTO:

Como relatado, insurge-se a defesa contra a sentença que condenou o réu, José Maria da Silva, à pena de 03 (três) anos de reclusão e 15 (quinze) dias-multa, pela prática do crime tipificado no artigos 155, §4º, I, do Código Penal¹.

Em sede de preliminar, sustenta o apelante a ilegalidade da prisão do apelante, sob o fundamento de que este foi preso sem a prévia existência de mandado de prisão e, ainda, a nulidade do feito por falta de intimação para ser pronunciar acerca das diligências previstas no art. 499 do Código de Processo Penal. No mérito, afirma que não há nos autos prova segura da autoria do delito roubo qualificado.

Passo, agora, ao exame das preliminares suscitadas pela defesa.

I – Preliminar: Nulidade do feito por falta de intimação da defesa para se manifestar acerca do art. 499 do C.P.P

¹ Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 4º - A pena é de reclusão de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa, se o crime é cometido:

I - com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

A alegação de nulidade do processo por falta de intimação da defesa para se pronunciar acerca do art. 499 do Código de Processo Penal não merece acolhida, porque em despacho exarado às fl. 64, o juiz processante abriu vistas, para que às partes, querendo, solicitassem diligências. Entretanto, a defesa não requereu nenhuma diligência, apresentando, de logo, alegações finais (fl. 70/72).

Em sendo assim, voto pela rejeição da preliminar suscitada pela defesa.

II – Preliminar: Ilegalidade da prisão do apelante por falta de mandado judicial:

Sustenta a defesa a ilegalidade da prisão do apelante, sob o fundamento de que o acusado foi preso na residência dos seus familiares sem mandado judicial.

Esses argumentos também não merecem acolhida.

Como ponderou o Representante Ministerial ficou caracterizada a hipótese de flagrante impróprio ou quase-flagrante, previsto nos art. 302, III, do Código de Processo Penal², uma vez que o réu foi preso pelas autoridades

² Art. 301. Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.

Art. 302. Considera-se em flagrante delito quem:

I - está cometendo a infração penal;

II - acaba de cometê-la;

III - é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

policiais, após perseguição. Registre-se que é "desnecessária a perseguição imediata e que os fugitivos estejam na esfera visual dos perseguidores". (fl. 98)

Demais disso, a discussão a respeito da legalidade da prisão em flagrante do réu não tem razão de ser, tendo em vista a superveniência do decreto condenatório, que passou a ser a causa determinante do seu encarceramento.

Em sendo assim, rejeito a preliminar.

VOTO-MÉRITO:

Ultrapassada essas questões preliminares, passo à análise do mérito recursal.

Segundo consta da peça acusatória (fl. 02/03), no dia 15 de novembro de 2006, por volta das 23:30 horas, na Rua Luiz Jaime de Miranda, 42, Ibirajuba, o denunciado, José Maria da Silva, mediante arrombamento, adentrou na residência da vítima, Josinária Félix dos Santos, e furtou um aparelho de DVD e um Microsystem, avaliados em R\$ 1.454,00 (um mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais).

Narra, ainda, a peça acusatória que, logo após a prática do delito, o réu dirigiu-se à residência de Adriano Severino da Silva e ofereceu os objetos furtados.

Pois bem.

M



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

A materialidade do delito encontra-se comprovada por meio do auto de apreensão e apresentação (fl. 15) e pelos autos de avaliação e de entrega (fl. 23 e 24).

A autoria também se encontra demonstrada à saciedade. Senão vejamos:

O réu, em sede inquisitorial, confessou a autoria delitiva, narrando o ocorrido com riqueza de detalhes. Entretanto, ao ser ouvido em juízo, negou a prática do delito, afirmando que no momento do crime encontrava-se em sua residência com a sua esposa.

Apesar do apelante afirmar ter sido sua confissão no inquérito policial obtida mediante tortura física, não houve comprovação nos autos deste fato.

A confissão do apelante perante a autoridade policial tem valor probante, especialmente pela descrição detalhada da execução do delito de furto, assim como pela coerência com as demais provas dos autos.

Importante ressaltar que, ao contrário do alegado pela defesa, o réu, no momento do seu interrogatório em juízo possuía vinte e dois anos de idade, sendo desnecessária a nomeação de curador para acompanhar aquele ato processual.

A testemunha de acusação, Maria José Lopes dos Santos, em depoimento prestado às fl. 56, sustentou que acompanhou o interrogatório do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

réu na delegacia, não tendo presenciado qualquer ato de tortura por parte dos policiais.

A vítima, quando ouvida em juízo, também afirmou que estava presente no momento da confissão do réu, relando que:

"confirma também ter visto o acusado confessando na delegacia a autoria do furto e a propriedade da jaqueta deixada por ele em sua residência, onde se deu o furto; **que em momento algum viu o acusado confessado o crime na delegacia sob efeito de qualquer tipo de coação;** (...) que a jaqueta do acusado foi identificada como sendo dele porque a declarante o viu passar algumas vezes vestido com esta jaqueta em sua residência, inclusive as pessoas do povo que tiveram acesso a essa jaqueta não tiveram dúvidas de dizer que se tratava do acusado; que o próprio acusado e a esposa do mesmo reconheceram essa jaqueta como sendo dele".

Registre-se que em casos como o presente, a palavra da vítima tem grande valor, sobrepondo-se à do réu – que, na maioria das vezes, tenta se eximir da responsabilidade -, mais ainda quando resta evidenciado que ela não teria motivos para fazer falsa imputação ao acusado, como o caso dos autos.

À propósito:

"ROUBO. PROVA. PALAVRA DA VÍTIMA. VALOR. AÇÃO ÚNICA CONTRA VÁRIOS PATRIMÔNIOS. CONCURSO FORMAL. I - Em termos de prova convincente, a palavra da vítima, evidentemente, prepondera sobre a do réu. Esta preponderância resulta do fato de que uma pessoa, sem desvios de personalidade, nunca irá acusar desconhecido da prática de um delito, quando isto não ocorreu. E quem é acusado, em geral, procura fugir da responsabilidade de seu ato. Tratando-se de pessoa idônea, sem qualquer animosidade específica contra o agente, não se poderá imaginar que ela vá mentir em Juízo e acusar um inocente. (...)". (TJRS, AC 70025170879, 7ª C. C., Rel. Des. Sylvio Baptista Neto, julgado em 07/08/2008)



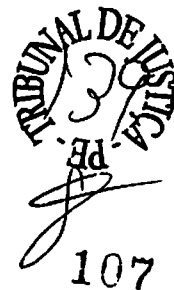
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

O policial responsável pela prisão do réu, Nelson Ferreira de Andrade, ao prestar depoimento (fl. 57), aduz que o acusado não reagiu à prisão, tendo, inclusive, confessado a autoria a autoria delitiva, na presença do seu genitor.

Importante ressaltar que o depoimento de policial é perfeitamente válido para provar a autoria delitiva, quando baseado em informações fáticas inquestionáveis, como no caso presente.

Nesse mesmo sentido é o entendimento desta Egrégia Corte de Justiça:

"PENAL. PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. Réus condenados por infringirem os art. 157, §2º, I, II, c/c art. 14, II, ambos do Código Penal (roubo com emprego de arma em concurso de agentes - tentativa). Apela pela absolvição ou, quando menos, diminuição da pena para o mínimo. Razões infundadas e ilógicas. Conduta típica e antijurídica. Culpabilidade, autoria e materialidade inofismáveis. Depoimentos harmônicos, claros, precisos, indubitáveis. Alegação de suspeição do depoimento da acusação por serem policiais. Tese há muito superada nos Tribunais Superiores do país. **A condição de ser agente estatal, responsável pela prevenção e repressão penal, não faz retirar a eficácia da prova.** Princípio processual penal do livre convencimento motivado. Circunstâncias judiciais do art. 59, CP, devidamente identificadas e mensuradas concretamente no âmago a sentença. Pena-base não exagerada, nem excessivamente branda. Quantum justo e suficiente capaz de reprimir o delito e proteger a sociedade. Sentença condenatória fundamentada. Apelo improvido. Decisão unânime". (g.n.)(TJPE, Acrim 107309-8, 2º C.Crim., Rel. Des. Og Fernandes, D.J. de 21.10.04)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

Acrescente-se, ainda, que a testemunha de acusação, Adriano Severino da Silva, cunhado do réu, em depoimento colhidos às fl. 56, sustentou que o apelante, na data do fato criminoso, passou na sua residência e ofereceu-lhe a *res furtiva*, não tendo adquirido os objetos porque desconfiou da procedência dos mesmos.

Diante desse contexto, conclui-se que a autoria do delito restou devidamente comprovada, estando, portanto a versão defensiva em descompasso com o conjunto probatório.

A reprimenda aplicada pela magistrada a quo também não merece reparos, uma vez que regularmente fixada. Diferentemente do posicionamento da Procuradoria de Justiça, entendo que antecedentes criminais, comprovados mediante a certidão de fl. 65, poderão ser considerados na fixação da pena base.

Isto posto, meu voto é pelo improvimento do recurso para que seja mantida a sentença ora recorrida em todos os seus termos. É COMO VOTO.

Recife, 06 de janeiro 2010


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



108

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0154874-3

COMARCA : IBIRAJUBA - VARA
APELANTE : JOSÉ MARIA DA SILVA
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
RELATOR : DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO
ASSUNÇÃO
REVISOR : DES. NIVALDO MULATINHO FILHO

VOTO DO REVISOR

Trata-se de Recurso de Apelação interposto por JOSÉ MARIA DA SILVA, vulgo "Zé Maria", contra a decisão do Juiz de Direito da Comarca de Ibirajuba/PE, que o condenou a pena de 03 (três) anos de reclusão e 15 (quinze) dias-multa, pela prática do delito previsto no art. 155, § 4º, I, do Código Penal Vigente.

A denúncia informa que o réu foi denunciado pelo fato ocorrido no dia 15 de outubro de 2006, por volta das 23:30 horas, na Rua Luiz Jaime de Miranda, nº 42, na cidade de Ibirajuba, haver arrombado e adentrado na residência de Josimaria Félix dos Santos, e furtado um aparelho de DVD marca Britania Image e um aparelho Microsystem, marca Sony, avaliados em R\$ 1.454,00 (um mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais).

Informa ainda a denúncia, que vítima e réu estavam ambos em uma festa no bairro do Mutirão e, que ao perceber que a casa da vítima encontrava-se sem ninguém, o acusado resolveu praticar o furto, dirigindo-se à residência da vítima e utilizando-se da força física arrombou a porta da cozinha, consumando então, o furto. Convém frisar, que o réu antes de deixar a residência da vítima, esqueceu no local uma jaqueta azul e que, em vista disso, foi facilmente identificado, sendo preso na mesma noite do fato.

A defesa em suas razões de apelação de fls. 83/90, suscita em preliminar: 1- Argumenta que a defesa não foi intimada, na fase do art. 499, do CPP, para requerer diligências, caracterizando cerceamento de defesa; 2- Alega que a prisão em flagrante foi ilegal, porque ocorreu no dia seguinte aos fatos, sem mandado de prisão ou em flagrante delito; 3- Aduz que a confissão ocorrida na Delegacia foi obtida mediante tortura. E no mérito, alegou que; 1- Alega que o réu negou a autoria em juízo, por isto não há provas para condenação do acusado.

ANÁLISE DAS PRELIMINARES SUSCITADAS PELA DEFESA

1 – Nulidade do processo pela falta de intimação da defesa para se manifestação acerca do art. 499 do C.P.P.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



Não merece prosperar a liminar suscitada.

Manuseando o processo, observo o despacho contido na página 64, onde o Juiz "a quo", determinou abrir vistas às partes nos termos do artigo 499 do CPP, para que se quisessem, pedir diligência, no que não foi requerido, passando a defesa, a apresentar suas alegações finais. Após a sentença ter sido proferida, é que a defesa alegou a supressão da fase do art; 499, do CPP, não aproveitando o momento processual apropriado.

Portanto, improcedentes são as alegações de nulidade processual argüida pela defesa.

Logo, rejeito a preliminar argüida.

2 – Alegação de ilegalidade da prisão do acusado, sem mandado judicial.

Não vejo como dar guarida ao alegado pela defesa, em relação à nulidade da prisão do apelante, pois, logo após ocorrer o furto, a vítima registrou a queixa em sede policial e, diante dos indícios de autoria, os policiais saíram no encalço do acusado/ora apelante, e ao encontrá-lo em casa de parentes, deram-lhe voz de prisão, caracterizando-se dessa maneira, a hipótese de flagrante impróprio ou quase-flagrante, como prevê o art. 302, III, do CPP. O réu foi preso após perseguição realizada por policiais, e para que se caracterize a prisão em flagrante, não seja necessário à perseguição imediata e, nem que o fugitivo esteja no campo visual dos perseguidores.

Quanto à alegação da defesa de que houve tortura durante a confissão do acusado, igualmente não merece guarida.

O réu confessou o delito na Polícia, logo após ser preso em flagrante, e não consta na perícia traumatológica nenhum sinal de lesão cometida pela polícia no acusado. Ademais, a confissão extrajudicial do acusado foi presenciada pela vítima e outras testemunhas, e ao serem interrogadas, em juízo, negaram categoricamente tenha o réu sofrido qualquer tortura no ato de sua confissão na Delegacia de Polícia.

Vale ressaltar, que o acusado foi condenado não só por sua confissão, mais também, pelas demais provas colhidas durante o decorrer do processo, pois desnecessário seria o cometimento do crime de tortura, quando os indícios de autoria rapidamente vieram à tona logo após a execução do crime.

Dito isto, rejeito a preliminar suscitada.

ANÁLISE DO MÉRITO

Passo a enfrentar o argumento da defesa segundo o qual não existem nos autos provas suficientes que indiquem ser o apelante o autor do delito, que o Juiz processante só o condenou para dar uma satisfação à Mrba/.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
P.B.
110

sociedade local, e por isso, requer sua absolvição. E, finalmente alega falta de observação do princípio *in dubio pro reo*.

Os argumentos esposados pela defesa não merecem prosperar, em virtude de existirem nos autos provas seguras e incontestes de ser o réu o verdadeiro autor do crime em questão.

A materialidade encontra-se consubstanciada através dos autos de apreensão e apresentação, às fls. 15, e pelos autos de avaliação e entrega, às fls. 23/24.

No tocante à autoria delitiva, esta restou evidenciada através das declarações da vítima, bem como dos testemunhos de Adriano, cunhado do réu, e das demais testemunhas, que sem vacilo, indicaram o apelante JOSÉ MARIA DA SILVA, como sendo a pessoa que praticou o furto na residência de JOSENÁRIA.

Passo a transcrever o depoimento da vítima JOSENÁRIA FÉLIX DOS SANTOS: (fls. 55)

"Que confirma integralmente seu depoimento prestado na delegacia de polícia local às fls. 08 dos autos...() Que confirma também ter visto o acusado confessando na delegacia sua autoria do furto e a propriedade da jaqueta deixado por ele em sua residência, onde se deu o furto; Que em momento algum ouviu o acusado confessando o crime na delegacia sob efeito de qualquer tipo de coação; Que os objetos furtados foram devolvidos a ela vítima...() Que a jaqueta do acusado foi logo identificada como sendo dele porque a declarante o viu passar algumas vezes vestido com essa jaqueta em sua residência, inclusive as pessoas do povo que tiveram acesso a essa jaqueta não tiveram dúvidas de dizer que se tratava do acusado; Que o próprio acusado e a esposa do mesmo reconheceram essa jaqueta como sendo dele; Que ouviu dentro da própria delegacia o acusado confirmando o crime; Que os objetos furtados foram encontrados num terreno baldio pela polícia."

Corroborando com a confissão do acusado e com o depoimento da vítima, temos as declarações prestadas por ADRIANO, cunhado do réu, que negou-se a guardar o produto do furto, por ter desconfiado da procedência dos mesmos, senão vejamos: (fls. 56)

"Que confirmada integralmente seu depoimento prestado na delegacia de polícia local às fls. 07 dos autos, o qual foi lido nesta oportunidade pelo MM. Juiz; Que o acusado é casado com uma irmã do depoente; que os objetos oferecidos pelo acusado ao depoente, posteriormente foram identificados como sendo da vítima...() Que quando o acusado lhe ofereceu os



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1143
111

objetos, os mesmos já estavam escondidos no terreno baldio próximo à casa do depoente...(...)Que o acusado na hora em que ofereceu os objetos ao depoente, apenas lhe disse "que tinha uns negócios para lhe vender"; Que só ficou sabendo do que se tratava quando a polícia descobriu o fato".

A confissão do réu, detalhando minuciosamente a execução do crime, encontra-se em total sintonia com o restante das provas apuradas nos autos.

A alegada violência sofrida pelo acusado, durante o seu interrogatório no inquérito policial, não restou evidenciada em nenhuma prova existente nos autos. Também não procede a alegação da defesa, da necessidade de nomeação de curador para acompanhar o réu em seu interrogatório em Juízo, pois na época do seu interrogatório o acusado tinha 22 (vinte e dois) anos de idade.

Segundo o acusado/recorrente, após a prática do crime, procurou esconder os objetos subtraídos, num terreno baldio próximo à residência de parentes, em vista disto, a polícia não o encontrou com o produto do furto, porém, esse fato não descaracteriza o tipo penal a ele imputado, porque o mesmo tinha a disponibilidade do bem, como também dispondo da coisa subtraída quando lhe aprouver.

Sendo assim, todas as provas contidas nos autos, tanto a prova material como a testemunhal, apontam a culpabilidade do apelante JOSÉ MARIA DA SILVA.

Não há o que corrigir no que diz respeito ao quantum da sentença condenatória de 1º grau, que foi determinada em patamar merecedor, dentro dos princípios da legalidade e da proporcionalidade, de acordo com os arts. 59 e 68, ambos do Código Penal.

Verifica-se que o MM. Juiz ao sentenciar, considerou acertadamente os antecedentes criminais do apelante (fls. 65) para fixar a pena base.

Por todo o exposto, voto pelo improvimento do apelo, mantendo integralmente o *quantum* da sentença de 1º Grau.

É como voto.

Recife, 06 de Janeiro de 2010.

Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Revisor